



TEMAS STF DIREITO PROCESSUAL CIVIL

| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|
| 7 | RE-556385 | Redução, de ofício, de multa fixada em sentença, no caso de descumprimento de obrigação de fazer. | Sem repercussão geral | |
| 18 | RE-564132 | Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios. | Trânsito em julgado | Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza. |
| 28 | RE-614819 | Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação. | Afetado | |
| 36 | RE-569056 | Competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias. | Trânsito em julgado | A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança somente a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir, não abrangida a execução de contribuições previdenciárias atinentes ao vínculo de trabalho reconhecido na decisão, mas sem condenação ou acordo quanto ao pagamento das verbas salariais que lhe possam servir como base de cálculo. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|---------------------|---|
| 43 | RE-573202 | Competência para julgar reclamações de empregados temporários submetidos a regime especial disciplinado em lei local editada antes da Constituição de 1988. | Trânsito em julgado | Compete à Justiça comum processar e julgar causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores submetidos a regime especial disciplinado por lei local editada antes da Constituição Federal de 1988, com fundamento no artigo 106 da Constituição de 1967, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional 1/1969. |
| 45 | RE-573872 | Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública. | Mérito julgado | A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios. |
| 58 | RE 592619 | Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de custas processuais de forma autônoma em relação ao crédito principal. | Trânsito em julgado | É vedado o fracionamento do valor de precatório em execução de sentença, com o objetivo de efetuar o pagamento das custas processuais por meio de requisição de pequeno valor (RPV). |
| 77 | RE-576847 | Cabimento do mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei nº 9.099/95. | Trânsito em julgado | Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei 9.099/1995. |
| 82 | RE-573232 | Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados em cláusula do estatuto. | Trânsito em julgado | I – A previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia, nos termos do artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal; II – As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados apontados na inicial. |
| 90 | RE-583955 | Competência para processar e julgar a execução de créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial. | Trânsito em julgado | Compete ao juízo comum falimentar processar e julgar a execução dos créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|--|
| 93 | RE-580108 | Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicabilidade do art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005 às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência. | Trânsito em julgado | Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte. |
| 94 | RE-586693 | Exigência de reserva de plenário para as situações em que a Emenda Constitucional nº 29/2000 deixa de ser aplicada em face da incidência da versão primitiva da norma constitucional por ela modificada. | Trânsito em julgado | É constitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel. |
| 96 | RE-579431 | Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório. | Acórdão publicado | Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório. |
| 100 | RE-586068 | a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional. | Afetado | |
| 103 | RE-589490 | Exigência da comprovação de insuficiência econômico-financeira para a concessão de assistência judiciária gratuita a pessoas jurídicas. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|---------------------|---|
| 106 | RE-590880 | a) Competência para, após o advento da Lei nº 8.112/90, julgar os efeitos de decisão anteriormente proferida pela Justiça do Trabalho. b) Extensão do reajuste de 84,32%, relativo ao IPC do mês de março de 1990 (Plano Collor), concedido pela Justiça Federal em decisão transitada em julgado, a outros servidores. | Em julgamento | |
| 109 | RE-591033 | Adoção pelo Poder Judiciário de critérios normativos estaduais como fundamento para extinguir ações de execução fiscal ajuizadas pelo Município. | Trânsito em julgado | Lei estadual autorizadora da não inscrição em dívida ativa e do não ajuizamento de débitos de pequeno valor é insuscetível de aplicação a Município e, conseqüentemente, não serve de fundamento para a extinção das execuções fiscais que promova, sob pena de violação à sua competência tributária. |
| 111 | RE-970343 | Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar. | Afetado | |
| 112 | RE-587982 | Conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor. | Afetado | |
| 116 | RE-581160 | Direito a honorários advocatícios nas ações que visam obter expurgos inflacionários de FGTS. | Trânsito em julgado | É inconstitucional o art. 29-C da Lei 8.036/1990, introduzido pelo art. 9º da MP 2.164-41/2001, que veda a condenação em honorários advocatícios nas ações entre o FGTS e os titulares de contas vinculadas, bem como naquelas em que figuram os respectivos representantes ou substitutos processuais. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|---|
| 128 | RE-590409 | Competência para dirimir conflito de competência entre Juizado Especial e Juízo Federal de primeiro grau de uma mesma Seção Judiciária. | Trânsito em julgado | Cabe ao respectivo Tribunal Regional Federal dirimir conflitos de competência entre Juizado Especial e Juízo Federal de primeira instância que pertençam a uma mesma Seção Judiciária. |
| 132 | RE-590751 | Incidência de juros moratórios e compensatórios durante o período de parcelamento previsto no art. 78 do ADCT. | Trânsito em julgado | O art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias possui a mesma mens legis que o art. 33 desse Ato, razão pela qual, uma vez calculado o precatório pelo valor real do débito, acrescido de juros legais, não há mais falar em incidência desses nas parcelas anuais, iguais e sucessivas em que é fracionado, desde que adimplidas a tempo e corrigidas monetariamente. |
| 134 | RE-592730 | Direito a honorários advocatícios quando a Defensoria Pública Estadual representa vencedor em demanda ajuizada contra o Estado ao qual é vinculada. | Sem repercussão geral | |
| 135 | RE-594116 | Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça Estadual. | Trânsito em julgado | Aplica-se o § 1º do art. 511 do Código de Processo Civil para dispensa de porte de remessa e retorno ao exonerar o seu respectivo recolhimento por parte do INSS. |
| 136 | RE-590809 | a) Cabimento de ação rescisória que visa desconstituir julgado com base em nova orientação da Corte; b) Creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero. | Trânsito em julgado | AÇÃO RESCISÓRIA VERSUS UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. O Direito possui princípios, institutos, expressões e vocábulos com sentido próprio, não cabendo colar a sinonímia às expressões “ação rescisória” e “uniformização da jurisprudência”. AÇÃO RESCISÓRIA – VERBETE Nº 343 DA SÚMULA DO SUPREMO. O Verbete nº 343 da Súmula do Supremo deve de ser observado em situação jurídica na qual, inexistente controle concentrado de constitucionalidade, haja entendimentos diversos sobre o alcance da norma, mormente quando o Supremo tenha sinalizado, num primeiro passo, óptica coincidente com a revelada na decisão rescindenda. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|
| 137 | RE-590871 | Prazo para oposição de embargos à execução contra a Fazenda Pública. | Afetado | |
| 147 | RE-591085 | Incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento de precatório. | Trânsito em julgado | Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 (redação original e redação da EC 30/2000) da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos. |
| 148 | RE-568645 | Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública. | Trânsito em julgado | A interpretação do § 4º do art. 100, alterado e hoje § 8º do art. 100 da Constituição da República, permite o pagamento dos débitos em execução nos casos de litisconsórcio facultativo. |
| 149 | RE-594435 | Competência para processar e julgar causa que envolve contribuição previdenciária instituída pelo Estado membro incidente sobre complementação de proventos e de pensões por ele paga. | Afetado | |
| 159 | RE-586789 | Competência para processar e julgar mandado de segurança contra decisão de juiz federal no exercício de jurisdição de juizado especial federal. | Trânsito em julgado | Compete às Turmas Recursais o julgamento de mandado de segurança utilizado como substitutivo recursal contra decisão de juiz federal no exercício de jurisdição do Juizado Especial Federal. |
| 181 | RE-598365 | Pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|
| 186 | RE-599903 | Fixação de honorários advocatícios em execução de sentença proferida em ação coletiva não-embargada pela Fazenda Pública. | Sem repercussão geral | |
| 188 | AI-759421 | Declaração de hipossuficiência para obtenção de gratuidade de justiça. | Sem repercussão geral | |
| 190 | RE-586453 | Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada. | Trânsito em julgado | Compete à Justiça comum o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria, mantendo-se na Justiça Federal do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, todas as causas dessa espécie em que houver sido proferida sentença de mérito até 20/2/2013. |
| 208 | RE-601220 | Competência jurisdicional para processar e julgar ação de reparação de danos causados por crítica veiculada pela internet. | Afetado | |
| 213 | AI-768339 | Competência para processar e julgar ação que visa compelir os entes políticos das três esferas do governo a fornecer medicamentos à pessoa carente, quando o valor da causa é inferior ao limite de sessenta salários mínimos. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|--|
| 231 | RE-597092 | Sequestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório. | Afetado | |
| 233 | RE-602238 | a) Indenização por danos morais decorrentes de vazamento de produtos químicos em um dos afluentes do Rio Paraíba do Sul; b) Competência dos Juizados Especiais para as causas respectivas. | Sem repercussão geral | |
| 242 | RE-600091 | Competência para processar e julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho propostas por sucessores do trabalhador falecido. | Trânsito em julgado | Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidentes de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive as propostas pelos sucessores do trabalhador falecido, salvo quando a sentença de mérito for anterior à promulgação da EC nº 45/04, hipótese em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça Comum. |
| 251 | AI-778850 | Suspensão ou devolução de prazos processuais da União em decorrência de movimento grevista deflagrado pelos membros das carreiras da AGU. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|---------------------|---|
| 253 | RE-599628 | Aplicabilidade do regime de precatórios às entidades da Administração Indireta prestadoras de serviços públicos essenciais. | Trânsito em julgado | Sociedades de economia mista que desenvolvem atividade econômica em regime concorrencial não se beneficiam do regime de precatórios, previsto no art. 100 da Constituição da República. |
| 258 | RE-595332 | Competência para processar e julgar execuções ajuizadas pela OAB contra advogados inadimplentes quanto ao pagamento de anuidades. | Acórdão publicado | Compete à Justiça Federal processar e julgar ações em que a Ordem dos Advogados do Brasil, quer mediante o Conselho Federal, quer seccional, figure na relação processual. |
| 262 | RE-605533 | Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças. | Afetado | |
| 266 | RE-605481 | Citação da Fazenda Pública para expedição de precatório complementar. | Acórdão publicado | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|--|
| 267 | RE-608852 | Fixação de multa por descumprimento de ordem judicial de pagamento de precatório no prazo legal. | Sem repercussão geral | |
| 288 | RE-602883 | Interrupção do prazo prescricional na execução fiscal. | Sem repercussão geral | |
| 292 | RE-611231 | Extinção de execução fiscal da União por falta de interesse de agir, em razão do valor irrisório do débito, com base em legislação federal. | Sem repercussão geral | |
| 294 | RE-612359 | Cabimento de agravo interno contra decisão monocrática proferida no âmbito dos Juizados Especiais. | Trânsito em julgado | Cabe o julgamento monocrático no âmbito dos Juizados Especiais, desde que possível sua revisão pelo Órgão Colegiado. |
| 295 | RE-612360 | Penhorabilidade de bem de família de fiador de contrato de locação. | Trânsito em julgado | É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, em virtude da compatibilidade da exceção prevista no art. 3º, VII, da Lei 8.009/1990 com o direito à moradia consagrado no art. 6º da Constituição Federal, com redação da EC 26/2000. |
| 305 | RE-607520 | Competência para processar e julgar ações de cobrança de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo. | Trânsito em julgado | Compete à Justiça comum estadual processar e julgar as ações de cobrança ou os feitos executivos de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo em ações cíveis e criminais. |
| 307 | RE-626468 | Efeito suspensivo a embargos do devedor em execução fiscal. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|--|
| 318 | AI-800074 | Requisitos do mandado de segurança. | Sem repercussão geral | |
| 321 | AI-749115 | Limites impostos pelo princípio do juiz natural à convolação de ação individual em um incidente processual, no bojo de ação coletiva em trânsito perante juízo diverso do originário. | Afetado | |
| 339 | AI-791292 | Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais | Trânsito em julgado | O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|---------------------|---|
| 350 | RE-631240 | Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário. | Trânsito em julgado | <p>I - A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o esgotamento das vias administrativas;</p> <p>II – A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado;</p> <p>III – Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão;</p> <p>IV – Nas ações ajuizadas antes da conclusão do julgamento do RE 631.240/MG (03/09/2014) que não tenham sido instruídas por prova do prévio requerimento administrativo, nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (a) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (b) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; e (c) as demais ações que não se enquadrem nos itens (a) e (b) serão sobrestadas e baixadas ao juiz de primeiro grau, que deverá intimar o autor a dar entrada no pedido administrativo em até 30 dias, sob pena de extinção do processo por falta de interesse em agir. Comprovada a postulação administrativa, o juiz intimará o INSS para se manifestar acerca do pedido em até 90 dias. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir;</p> <p>V – Em todos os casos acima – itens (a), (b) e (c) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.</p> |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|---|
| 354 | AI-808968 | Cabimento de ação rescisória contra decisão dos Juizados Especiais Federais. | Sem repercussão geral | |
| 355 | RE-693112 | a) Penhora de bens da Rede Ferroviária S.A. realizada anteriormente à sucessão pela União; b) Possibilidade de execução, pelo regime de precatório, dos bens da Rede Ferroviária. | Acórdão publicado | É válida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão desta pela União, não devendo a execução prosseguir mediante precatório. |
| 360 | RE-611503 | Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil. | Em julgamento | |
| 361 | RE-631537 | Transmutação da natureza de precatório alimentar em normal em virtude de cessão do direito nele estampado. | Afetado | |
| 374 | RE-627709 | Aplicação do art. 109, § 2º, da Constituição Federal aos entes da Administração Indireta | Acórdão publicado | A regra prevista no § 2º do art. 109 da Constituição Federal também se aplica às ações movidas em face de autarquias federais. |
| 389 | AI-826496 | Âmbito de incidência de isenção de taxas judiciárias, custas e emolumentos concedida por lei estadual. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|---|
| 392 | RE-363889 | Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de viabilidade de realização de exame de DNA. | Trânsito em julgado | I - É possível a repositura de ação de investigação de paternidade, quando anterior demanda idêntica, entre as mesmas partes, foi julgada improcedente, por falta de provas, em razão da parte interessada não dispor de condições econômicas para realizar o exame de DNA e o Estado não ter custeado a produção dessa prova; II - Deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo. |
| 398 | AI-836810 | Anulação de sentença por contradição e incoerência. | Sem repercussão geral | |
| 401 | RE-633360 | Multa por litigância de má-fé. | Sem repercussão geral | |
| 408 | ARE-637975 | Cabimento de apelação em caso de execução fiscal com valor inferior a 50 ORTN. | Trânsito em julgado | É compatível com a Constituição o art. 34 da Lei 6.830/1980, que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN. |
| 411 | AI-841548 | Rito da execução de decisões que condenem entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, a quantia em dinheiro. | Trânsito em julgado | É incompatível com a Constituição o reconhecimento às entidades paraestatais dos privilégios processuais concedidos à Fazenda Pública em execução de pagamento de quantia em dinheiro. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|---|
| 414 | RE-638483 | Competência para processar e julgar ação em que se discute a prestação de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho. | Trânsito em julgado | Compete à Justiça Comum Estadual julgar as ações acidentárias que, propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visem à prestação de benefícios relativos a acidentes de trabalho. |
| 424 | ARE-639228 | Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial. | Sem repercussão geral | |
| 433 | ARE-640671 | Competência de juizados especiais face à alegação de complexidade da prova. | Sem repercussão geral | |
| 435 | AI-842063 | Aplicação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 nas ações ajuizadas anteriormente à sua vigência. | Trânsito em julgado | É compatível com a Constituição a aplicabilidade imediata do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com alteração pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, ainda que em relação às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor. |
| 441 | RE-660968 | Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988. | Afetado | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|
| 442 | RE-638706 | Inexigibilidade de título judicial cujo fundamento contraria decisão superveniente do Superior Tribunal de Justiça sobre tema declarado de natureza infraconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. | Sem repercussão geral | |
| 446 | ARE-640523 | Destinação de parte do valor das astreintes a fundo estadual de defesa do consumidor. | Sem repercussão geral | |
| 450 | ARE-638195 | Incidência de correção monetária no período compreendido entre a data do cálculo e a do efetivo pagamento da requisição de pequeno valor. | Trânsito em julgado | É devida correção monetária no período compreendido entre a data de elaboração do cálculo da requisição de pequeno valor – RPV e sua expedição para pagamento. |
| 458 | ARE-643085 | Direito do consumidor à exibição de documentos. | Sem repercussão geral | |
| 463 | RE-637135 | Violação à coisa julgada em decorrência de preclusão referente à juntada de acordo apenas por ocasião dos embargos à execução. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|---------------------|--|
| 471 | RE-631111 | Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do DPVAT. | Trânsito em julgado | Com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais. |
| 484 | RE-650898 | a) Legitimidade de tribunal de justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal; b) Possibilidade de concessão de gratificação natalina, ou de outras espécies remuneratórias, a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio. | Mérito julgado | 1) "Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados"; e 2) - "O art. 39, § 4º, da Constituição Federal não é incompatível com o pagamento de terço de férias e décimo terceiro salário" |
| 494 | RE-596663 | Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução. | Trânsito em julgado | A sentença que reconhece ao trabalhador ou servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|---------------------|--|
| 499 | RE-612043 | Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil. | Mérito julgado | A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento. |
| 511 | RE-657686 | Compensação de débitos tributários com requisições de pequeno valor – RPV. | Trânsito em julgado | É constitucionalmente vedada a compensação unilateral de débitos em proveito exclusivo da Fazenda Pública ainda que os valores envolvidos não estejam sujeitos ao regime de precatórios, mas apenas à sistemática da requisição de pequeno valor. |
| 519 | RE-659172 | Sequestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009. | Afetado | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|---------------------|---|
| 521 | RE-612707 | Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos. | Afetado | |
| 530 | RE-669367 | Desistência em mandado de segurança, sem aquiescência da parte contrária, após prolação de sentença de mérito, ainda que favorável ao impetrante. | Trânsito em julgado | É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários, a qualquer momento antes do término do julgamento, mesmo após eventual sentença concessiva do 'writ' constitucional, não se aplicando, em tal hipótese, a norma inscrita no art. 267, § 4º, do CPC/1973. |
| 549 | ARE-648629 | Obrigatoriedade de intimação pessoal de procuradores federais no âmbito dos Juizados Especiais Federais. | Trânsito em julgado | A prerrogativa processual da Fazenda Pública Federal de receber intimações pessoais, nos termos do art. 17 da Lei 10.910/2004, não tem aplicação no âmbito do procedimento dos Juizados Especiais Federais. |
| 550 | RE-606003 | Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais. | Afetado | |
| 559 | RE-614384 | Convalidação, pela EC 57/2008, de desmembramento municipal realizado em desobediência ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal e suas consequências sobre execuções fiscais ajuizadas anteriormente à promulgação da citada emenda constitucional. | Afetado | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|--|
| 561 | RE-409356 | Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública que visa a anular ato administrativo com fundamento na defesa do patrimônio público. | Afetado | |
| 572 | RE-684169 | Competência para processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro. | Trânsito em julgado | Compete à Justiça comum estadual processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro, porque ausente o interesse da União. |
| 584 | ARE-655403 | Possibilidade de ingresso da Aneel e da Eletrobrás no polo passivo de ação de restituição de valores, com o deslocamento da competência para a Justiça Federal, e análise de eventual prescrição da ação. | Sem repercussão geral | |
| 587 | ARE-690819 | Excesso de execução decorrente de eventual erro de cálculo em processo alusivo a diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários. | Sem repercussão geral | |
| 597 | RE-729884 | Imposição ao INSS, nos processos em que figure como parte ré, do ônus de apresentar cálculos de liquidação do seu próprio débito. | Sem repercussão geral | |
| 598 | RE 840435 | Sequestro de verbas públicas para pagamento de crédito a portador de moléstia grave sem observância à regra dos precatórios. | Afetado | ARE 665707 provido e convertido em RE - cf. decisão monocrática publicada em 10.09.2014- RE substitutivo em 29/09/2014 |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|--|
| 606 | RE-655283 | a) reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos; b) competência para processar e julgar a ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos | Afetado | |
| 607 | RE-733433 | Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos. | Trânsito em julgado | A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas. |
| 625 | ARE-696101 | Aplicabilidade dos juros de mora previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997 aos casos em que a Fazenda Pública é condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pelo empregador principal. | Sem repercussão geral | |
| 631 | ARE-683099 | Desnecessidade de comprovação do prévio exaurimento das vias extrajudiciais de busca de bens para o deferimento de penhora eletrônica pelo denominado sistema Bacen Jud, requerida após a Lei 11.382/2006. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|---|
| 637 | ARE-650932 | Prazo prescricional relativo às ações de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho antes do advento da Emenda Constitucional 45/2004. | Sem repercussão geral | |
| 640 | ARE-734169 | Incidência dos juros de mora previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, nas ações em que a União figura como sucessora da Rede Ferroviária Federal S.A., em período anterior à referida sucessão. | Sem repercussão geral | |
| 642 | ARE-641896 | Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal. | Afetado | |
| 645 | ARE-694294 | Legitimidade processual ativa do Ministério Público para deduzir, em ação civil pública, pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes. | Trânsito em julgado | O Ministério Público não possui legitimidade ativa ad causam para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, que vise questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo. |
| 658 | ARE-703595 | Possibilidade de a Fazenda Pública recusar a nomeação de precatórios à penhora, em razão da ordem de preferências estabelecida na legislação processual. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|---|
| 660 | ARE-748371 | Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada. | Sem repercussão geral | |
| 670 | RE-719870 | Nulidade de acórdão, proferido em controle abstrato de constitucionalidade estadual, por falta de fundamentação quanto à compatibilidade dos cargos em comissão, criados por lei municipal, com as atribuições de direção, chefia e assessoramento. | Afetado | |
| 675 | ARE-738109 | Suspensão de ação individual em razão da existência de ação coletiva. | Sem repercussão geral | |
| 715 | ARE-796473 | Limites territoriais da eficácia de decisão prolatada em ação coletiva. | Sem repercussão geral | |
| 722 | RE-726035 | Competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de dirigente de sociedade de economia mista federal. | Trânsito em julgado | Compete à justiça federal comum processar e julgar mandado de segurança quando a autoridade apontada como coatora for autoridade federal, considerando-se como tal também os dirigentes de pessoa jurídica de direito privado investidos de delegação concedida pela União. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|
| 727 | RE-797905 | Definição da legitimidade passiva ad causam e, portanto, da competência para julgar o mandado de injunção impetrado por servidores públicos municipais, estaduais e distritais em que se pretende a declaração de mora legislativa para edição da lei complementar relativa à disciplina da aposentadoria especial de servidor público, a que alude o § 4º do art. 40 da Constituição federal. | Trânsito em julgado | Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar mandado de injunção referente à omissão quanto à edição da lei complementar prevista no art. 40, § 4º, da Constituição de 1988. |
| 733 | RE-730462 | Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado. | Trânsito em julgado | A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495). |
| 740 | ARE-808726 | Competência para processar e julgar causas relativas a prestações por parte da Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS, oferecida pela Petrobras a seus empregados e respectivos dependentes. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|---|
| 742 | RE-774458 | Estipulação legal de valor mínimo para a propositura de execuções fiscais referentes a contribuições devidas aos conselhos profissionais. | Sem repercussão geral | |
| 747 | RE-655466 | Cabimento de reclamação para o Superior Tribunal de Justiça por alegada usurpação de sua competência por Tribunal de Justiça estadual. | Sem repercussão geral | |
| 752 | RE-753681 | Legitimidade do consumidor final para propositura de repetição de indébito tributário relativo a valores do ICMS incidente sobre a demanda contratada de energia elétrica. | Sem repercussão geral | |
| 755 | ARE-723307 | Possibilidade de fracionamento da execução pecuniária contra a Fazenda Pública para que parte do valor devido seja pago antes do trânsito em julgado, mediante complemento positivo. | Acórdão publicado | Impossibilidade de fracionamento da execução para que uma parte seja paga antes do trânsito em julgado, por meio de Complemento Positivo, e outra depois do trânsito, mediante Precatório ou RPV. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|
| 760 | RE-630643 | Competência da Justiça Federal comum para processar e julgar causas em que se discute o direito de servidores estatutários do extinto Departamento de Correios e Telégrafos optantes pelo regime celetista à percepção de quinquênios completados anteriormente à opção. | Sem repercussão geral | |
| 768 | ARE-823347 | Possibilidade de execução das decisões de condenação patrimonial proferidas pelos Tribunais de Contas por iniciativa do Ministério Público, atuante ou não junto às Cortes de Contas, seja federal, seja estadual. | Trânsito em julgado | Somente o ente público beneficiário possui legitimidade ativa para a propositura de ação executiva decorrente de condenação patrimonial imposta por Tribunais de Contas (CF, art. 71, § 3º). |
| 770 | RE-819641 | Possibilidade de condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios nas execuções não embargadas, nos casos em que a parte exequente renuncia aos valores excedentes a quarenta salários mínimos, a fim de possibilitar o pagamento por meio de requisição de pequeno valor – RPV. | Sem repercussão geral | |
| 775 | RE 598650 | Competência da Justiça Federal para processar e julgar ação rescisória proposta pela União, na qualidade de terceira interessada, visando rescindir decisão proferida por juiz estadual. | Afetado | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------|
| 780 | ARE 840432 | Legitimidade do conhecimento de ofício da incompetência para o julgamento de execução fiscal na hipótese de inobservância do art. 578 do Código de Processo Civil. | Sem repercussão geral | |
| 783 | ARE 840920 | Possibilidade de arbitramento de honorários advocatícios no curso de execução provisória. | Sem repercussão geral | |
| 787 | ARE 848240 | Validade da aplicação da Taxa Referencial - TR como índice de correção monetária dos depósitos efetuados na conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. | Sem repercussão geral | |
| 792 | RE 729107 | Possibilidade de aplicação da Lei distrital 3.624/2005, que reduziu para 10 salários mínimos o teto para expedição de requisição de pequeno valor, às execuções em curso. | Afetado | |
| 797 | ARE 836819 | Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de indenização decorrente de acidente de trânsito. | Sem repercussão geral | |
| 798 | ARE 837318 | Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão de Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de revisão contratual. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------|
| 799 | ARE 722421 | Possibilidade da devolução de valores recebidos em virtude de tutela antecipada posteriormente revogada. | Sem repercussão geral | |
| 800 | ARE 835833 | Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida em contrato de direito privado. | Sem repercussão geral | |
| 810 | RE 870947 | Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009. | Em julgamento | |
| 812 | RE 751526 | Quantificação da condenação em honorários advocatícios nas ações previdenciárias: incidência ou não de verba honorária sobre as prestações vencidas após a prolação da sentença. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|
| 820 | RE 860508 | a) Competência para processar e julgar conflitos entre juizado especial federal e juízo estadual no exercício da competência federal delegada; b) Pressuposto fático para a incidência do art. 109, § 3º, da Lei Maior: a inexistência de juízo federal no município ou a inexistência de juízo federal na comarca onde reside o segurado ou beneficiário do INSS. | Afetado | |
| 823 | RE 883642 | Legitimidade dos sindicatos para a execução de título judicial, independentemente de autorização dos sindicalizados. | Trânsito em julgado | Os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos. |
| 828 | ARE 891653 | Obrigatoriedade de inclusão da Caixa Econômica Federal como litisconsorte passiva necessária, e consequente competência da Justiça Federal para julgar a demanda, em ação de indenização por vícios na construção de imóvel adquirido no âmbito do programa governamental Minha Casa, Minha Vida. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|
| 831 | RE 889173 | Obrigatoriedade de pagamento, mediante o regime de precatórios, dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva. | Acórdão publicado | O pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva deve observar o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal. |
| 848 | ARE 901963 | Limites subjetivos de sentença condenatória genérica transitada em julgado proferida nos autos de ação civil pública ajuizada por associação. | Sem repercussão geral | |
| 850 | RE 643978 | Legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS, tendo em vista a vedação contida no art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985. | Afetado | |
| 853 | ARE 906491 | Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar reclamação trabalhista, fundada em contrato de trabalho regido pela CLT, na qual figura o Poder Público no polo passivo. | Trânsito em julgado | Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas visando a obter prestações de natureza trabalhista, ajuizadas contra órgãos da Administração Pública por servidores que ingressaram em seus quadros, sem concurso público, antes do advento da CF/88, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|
| 856 | ARE 914045 | a) Necessidade de submissão de demanda judicial à regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula deste Tribunal; b) Constitucionalidade de restrições impostas pelo Estado ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando aquelas forem utilizadas como meio de cobrança indireta de tributos. | Trânsito em julgado | I - É desnecessária a submissão à regra da reserva de plenário quando a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário ou em Súmula deste Supremo Tribunal Federal; II - É inconstitucional a restrição ilegítima ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando imposta como meio de cobrança indireta de tributos. |
| 858 | ARE 780152 | Aptidão, ou não, da ação civil pública para afastar a coisa julgada, em particular quando já transcorrido o biênio para o ajuizamento da rescisória. | Afetado | |
| 859 | RE 678162 | Competência para processar e julgar ações de insolvência civil nas quais haja interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal. | Afetado | |
| 861 | ARE 907209 | Natureza jurídica de direitos: se individuais homogêneos ou heterogêneos. | Sem repercussão geral | |
| 862 | ARE 911161 | Termo inicial da contagem do prazo para apresentação de defesa no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. | Sem repercussão geral | |
| 870 | ARE 907777 | Legitimidade do Município de Mossoró/RN para figurar no polo passivo de demanda visando à complementação de aposentadoria. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|---|-----------------------|--|
| 873 | ARE 925754 | Compatibilidade da execução individual de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva com o art. 100, § 8º, da Constituição Federal. | Trânsito em julgado | Não viola o art. 100, § 8º, da Constituição Federal a execução individual de sentença condenatória genérica proferida contra a Fazenda Pública em ação coletiva visando à tutela de direitos individuais homogêneos. |
| 877 | RE 938837 | Submissão dos conselhos de fiscalização profissional à execução pelo regime de precatórios. | Mérito Julgado | Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização não se submetem ao regime de precatórios. |
| 881 | RE 949297 | Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado. | Afetado | |
| 885 | RE 955227 | Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado. | Afetado | |
| 895 | RE 956302 | Ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição na hipótese em que há óbice processual intransponível ao julgamento de mérito. | Sem repercussão geral | |
| 896 | ARE 940225 | Cabimento de apelação contra decisão judicial que extingue execução fiscal de pequeno valor. | Sem repercussão geral | |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO | STATUS DO TEMA | TESE FIRMADA |
|------|---------------------------|---|-----------------------|--------------|
| 898 | ARE 963889 | Cabimento de mandado de segurança contra decisão que julga embargos infringentes opostos em execução fiscal de pequeno valor. | Sem repercussão geral | |
| 902 | ARE 970082 | Despesas processuais que compõem o preparo recursal. | Sem repercussão geral | |
| 923 | RE 959870 | Efeito repristinatório pela declaração de inconstitucionalidade dos incs. I e II do art. 25 da Lei n. 8.212/1991 alterada pelas Leis ns. 8.540/1992 e 9.528/1997. | Sem repercussão geral | |